

Finanças

ACERTO EXTERNO

“As negociações estão caminhando bem, mas o acordo não sai em março”

por Mara Luquet
de São Paulo

Para Toshiro Kobayashi, presidente do Conselho Executivo do Banco de Tokyo, subsidiária do The Bank of Tokyo, líder dos bancos asiáticos credores do Brasil, o acordo da dívida externa brasileira não fica pronto em março. Segundo Kobayashi, pois as negociações nem mesmo giram em torno do principal da dívida, estão voltadas a solucionar os problemas pendentes do último acordo brasileiro, de 1988.

“Estamos discutindo quanto o Brasil pode pagar de juros”, afirma o executivo. Antes que o principal da dívida chegue à pauta, passarão pela mesa de negociações os pontos que não foram cumpridos pelo último acordo.

A prioridade são os juros, atrasados desde julho de 1989 e que pelos cálculos de Kobayashi somam hoje alguma coisa como US\$ 8,5 bilhões. O Brasil acena com o pagamento de 18% dos juros, enquanto os bancos querem um terço dos atrasados no início das negociações.

A demora para a liberação do New Money Trade Deposit Facility (NMTD) também incomoda os bancos. São US\$ 600 milhões de dinheiro novo depositado no Banco Central (BC) pelo prazo de um ano, que deveriam ser liberados para financiamentos mais longos do comércio exterior. O prazo para liberação desses recursos venceu em setembro de 1989. No início deste ano o BC chegou a emitir sinais de que finalmente desembolsaria os recursos, mas até agora os volumes continuam presos no BC.

Também estava previsto no acordo assinado no governo do presidente José Sarney o programa de conversão da dívida externa em investimentos, que foi suspenso no início de 1989. O programa previa a conversão de dívida com descontos, que eram estabelecidos nos leilões de conversão, e ainda a conversão pelo valor de face dos títulos da dívida brasileira. Os leilões foram extintos e o



Toshiro Kobayashi

que sobrou das operações de conversão é algo muito raro hoje no mercado.

Os reempréstimos (re-lending) do Multy Year Deposit Facility Agreement (MYDFA), que são títulos da dívida externa brasileira depositados no BC, estavam garantidos no último acordo.

O relending chegou a criar expectativa no mercado, mas também não foi liberado. Era previsto reempréstimo para os setores público e privado, mas nenhuma operação foi concretizada.

“As negociações estão caminhando bem, mas não será possível fechar acordo em março”, reforça Kobayashi.

Segundo o banqueiro, a tese de capacidade de pagamento, imposta pelo governo brasileiro na primeira proposta de renegociação, apresentada em 1990, ainda não está sendo discutida na atual fase das negociações.

Kobayashi acredita que até mesmo o destino das linhas de projeto 3 e 4 (comercial e interbancário), que perdem a compulsoriedade no início de abril deverá ser resolvido antes do início das negociações da principal da dívida.

O banqueiro reconhece que a situação de crise dos bancos americanos é um fator que acelera as negociações, mas “mesmo que eles queiram resolver rápido, não será tão fácil o acordo”, avalia Kobayashi.